



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA N.º  
02/AIM/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE PAGAMENTOS POR MEIOS ELETRÓNICOS NO PORTAL DE  
SERVIÇOS DO GOVERNO REGIONAL - SIMplifica E DEMAIS SISTEMAS DO GRM**

**CADERNO DE ENCARGOS**

Aprovado por unanimidade por  
deliberação do Conselho  
Diretivo de 26.06.2025





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**PARTE I**  
**Cláusulas Jurídicas Gerais**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

**Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de débito/crédito, MB Way e TPA em utilização)”**, melhor identificados na Parte II do Caderno de Encargos.

2 - O objeto do contrato a celebrar está classificado com os códigos de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) 79940000-5, Serviços das agências de cobrança de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Contrato**

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Local de realização da prestação de serviços**

Os serviços objeto do contrato são prestados no Funchal, Região Autónoma da Madeira.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Duração do contrato**

O contrato tem início na data da sua assinatura e vigora pelo prazo de **36 meses, ou até que seja atingido o valor máximo mencionado no n.º 1 da Cláusula 6.º do presente Caderno de Encargos**, consoante o que ocorra primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Preço Base**

1 - O **preço base total** do procedimento é de até **650.000,00 € (Seiscentos e cinquenta mil euros)**, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), calculado com base nos preços médios unitários para prestações do mesmo tipo de procedimento de procedimento anterior.

2 - O **preço base unitário** de cada comissão a ser cobrada pelos pagamentos a serem efetuados ao abrigo do contrato a celebrar não podem ser superiores aos seguintes valores:

Valor da transação referência MB, MBWay, Cartão de crédito/débito nacionais e internacionais	Preço base unitário Multibanco <i>Real Time</i>	Preço base unitário Multibanco	Preço base unitário Cartão de crédito	Preço base unitário MBWay	Preço base unitário TPA (em utilização)
Até 4,99 €	0,23 €	0,18 €	0,25 € Fixo+ máximo de 2,75% variável	0,09 € Fixo+ máximo 0,70% variável	0,05 €
De 5,00 € Até 9,99 €	0,45 €	0,35 €			Fixo+máximo
De 10,00 € a 99,99 €	0,83 €	0,60 €			de 2,50%
De 100,00 € a 199,99 €	0,98 €	0,75 €			variável
Superiores a 200,00 €	1,23 €	1,00 €			

3 - Atendendo ao facto de a adjudicação ser efetuada com base nos preços unitários mais baixos de cada pagamento, para efeito de exclusão de propostas, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, serão excluídas as propostas que apresentem preços unitários superiores aos preços fixados no número anterior.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

1 – O preço contratual do presente procedimento, é de até **650.000,00 € (Seiscentos e cinquenta mil euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço contratual a pagar corresponde à soma dos valores unitários das comissões cobradas pelo prestador de serviços de acordo com a tabela de preços que constam da proposta adjudicada, relativa a cada pagamento que seja efetuado no portal SIMplifica com recurso aos meios de pagamento eletrónicos por ele disponibilizados e demais sistemas do GRM.

3 – O preço contratual pode variar para valor inferior ao mencionado no número um da presente Cláusula, caso o contrato termine no final do prazo sem que se tenha esgotado o preço contratual fixado no número um da presente Cláusula, havendo, neste caso, lugar ao acerto do preço contratual em função dos valores dos serviços efetivamente pagos.

4 – No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante reserva-se o direito de não consumir a totalidade do valor mencionado no número um da presente Cláusula, aplicando-se o disposto no número anterior.

5 - O preço referido no número um inclui todos os custos inerentes à concretização do objeto do contrato de prestação de serviços, recursos materiais e humanos, integrações, interligações e interoperacionalidade com outras plataformas que se afigurem necessárias à concretização do objeto do contrato, seguros e encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças.

6 - O preço contratual não está sujeito a revisão de preços.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

**Condições de pagamento**

1 – O prestador de serviços receciona os pagamentos direcionados à entidade AIM, IP-RAM, sendo que no dia útil seguinte à receção do pagamento, procede à transferência do global das verbas para a conta bancária associada a cada integração existente na AIM, IP-RAM, ou seja, a conta que foi identificada como sendo a conta associada a cada direção regional, instituto público ou outro organismo público com serviços prestados eletronicamente através do Portal SIMplifica e demais sistemas do GRM, ou com produtos/serviços vendidos na loja online.

2 - No momento de transferência do global das verbas, o prestador de serviços, de acordo com as diretrizes do Banco de Portugal, deduz imediatamente a comissão referente à prestação do serviço, de acordo





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

com a proposta adjudicada, creditando na conta de cada entidade integrada o valor dos serviços prestados, líquidos das comissões cobradas.

3 - Diariamente o prestador de serviços emite a respetiva fatura/recibo detalhada, identificando as referências dos serviços a que se refere. A AIM, IP-RAM determinar outra periodicidade que considere mais adequada por mera comunicação por escrito ao prestador de serviços, que produzirá efeitos 5 (cinco) dias após a comunicação.

4 - As faturas/recibo devem fazer menção ao número de compromisso atribuído nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, (LCPA), condição prévia para ser autorizado o respetivo pagamento, conforme estabelece o artigo 9.º da citada Lei.

5 - Em caso de discordância por parte da AIM, IP-RAM quanto aos valores indicados nas faturas/recibo, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de execução da prestação de serviços de acordo com as especificações constantes no presente Caderno de Encargos, designadamente, da gestão de pagamentos por meios eletrónicos (Multibanco, cartão de débito/crédito, MB Way e TPA), no portal de serviços SIMplifica e demais sistemas do GRM fixadas na parte II – Características técnicas, podendo o contraente público exercer, por si ou através de consultores especializados, a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

2 – Da celebração do contrato de prestação de serviços decorrem ainda para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- b) Informar o contraente público sobre as alterações verificadas durante a execução do contrato;
- c) Comunicar ao contraente público, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida no caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- d) Cumprir com a Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, que estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016,





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

#### AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e dos sistemas de informação em toda a União Europeia e demais legislação e normativos em vigor referentes a matéria de Cibersegurança;

e) Cumprir com a legislação vigente em matéria de RGPD.

3 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a garantir todos os meios humanos, materiais, tecnológicos e informáticos, nomeadamente, integração entre outras plataformas eletrónicas que se considerem necessárias e adequadas à execução da prestação de serviços.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Conformidade e operacionalidade**

O prestador de serviços obriga-se a efetuar a prestação de serviços objeto do contrato com as características e especificações previstas no presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante, bem como da proposta adjudicada.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Impossibilidade temporária de prestação de serviços**

1 - Sempre que seja detetada uma situação de impossibilidade temporária de prestação de serviços que impossibilite a realização de pagamentos, o prestador de serviços deve recorrer de imediato a todos os meios humanos e informáticos para garantir a normalidade do serviço no prazo máximo de duas (2) horas.

2 - Caso a impossibilidade temporária se deva a problema grave, a resolução e reposição da normalidade dos serviços deve ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se impossibilidade temporária da prestação de serviços uma interrupção por período superior a uma (1) hora.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Outras obrigações do prestador de serviços**

1 - Nos termos do artigo 419.º-A do CCP, na sua atual redação, os trabalhadores afetos à presente prestação de serviços têm de prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.

2 - Os trabalhadores afetos à prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da prestação de serviços.





## **REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

### **SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**

#### **AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

3 - Podem ainda estar afetos à presente prestação de serviços, trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nomeadamente:

a) Substituição direta ou indireta de trabalhador ausente ou que, por qualquer motivo, se encontre temporariamente impedido de trabalhar;

b) Substituição direta ou indireta de trabalhador em relação ao qual esteja pendente em juízo ação de apreciação da licitude de despedimento;

c) Substituição direta ou indireta de trabalhador em situação de licença sem retribuição;

d) Substituição de trabalhador a tempo completo que passe a prestar trabalho a tempo parcial por período determinado.

4 – O disposto nos n.ºs 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1 - São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, plataformas eletrónicas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a AIM, IP-RAM venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer um dos direitos mencionados no número anterior, fica o prestador de serviços obrigado a indemnizá-la de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AIM, IP-RAM de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente Cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

**Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, bem como pelo incumprimento dos prazos na resolução de situações de impossibilidade temporária da prestação de serviços que ocorra após os prazos fixados na Cláusula 10.<sup>a</sup>, a AIM, IP-RAM pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária correspondente a 1% do valor do contrato por cada dia de atraso até ao limite de 20% do valor contratual.

2 - Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do prestador, a AIM, IP-RAM pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente a 20% do valor contratual global.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a AIM, IP-RAM decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, a AIM, IP-RAM, deve alertar o adjudicatário que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, por escrito, indicando-lhe um prazo para eliminação dos mesmos, concedendo-lhe igual prazo para pronúncia em sede de audiência prévia.

6 - Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

7 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

8 - Nas situações previstas no número anterior, o valor das sanções é descontado na caução prestada pelo adjudicatário, ficando o Cocontratante obrigado a efetuar o seu reforço até ao valor estipulado no Contrato.







## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

9 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

10 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, a AIM, IP-RAM pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

11 - Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao adjudicatário considera-se haver incumprimento definitivo quando, após quatro advertências seguidas ou interpoladas, este continue a incorrer em incumprimento.

12 - Em caso de incumprimento definitivo pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 290.º-A, da alínea f) do artigo 302.º e artigo 318.º-A do CCP, o contraente público reserva-se o direito de determinar que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequencial do procedimento.

13 - De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 318.º-A do CCP, a cessão da posição contratual referida no ponto anterior opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por ele indicada.

### Cláusula 16.ª

#### Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, fenómenos vulcânicos, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, atrasos e/ou cancelamentos de transportes aéreos ou marítimos pelo respetivo transportador, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte e por esta expressamente aceite.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AIM, IP-RAM pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Pela recusa expressa no pagamento das penalidades previstas na Cláusula 14.<sup>a</sup>;
- b) Pela recusa de prestação de serviços nos termos contratados.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330.º e seguintes do CCP, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses.

2 - No caso previsto no número um, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AIM, IP-RAM, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição dos bens já entregues pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Caução**

De acordo com o n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, no presente procedimento é exigida caução no valor de 2% do preço contratual, destinada a garantir o exato cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Gestor do Contrato**

1- Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato é a Dr.ª Maria Freitas Perestrelo, Técnica Superior, que, nas suas ausências e impedimentos, será substituída por Venessa Jesus, Assistente Técnica da Unidade para a modernização e Inovação, ambas da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM.

2- Sem prejuízo do número anterior, compete ainda ao gestor do contrato, nos termos do artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto na sua redação atual.

3- Conforme determinado pelo n.º 1 do art.º 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto (Republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, e alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2018/M, de 6 de agosto, e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro), que adapta o CCP à RAM, e sem prejuízo do disposto no seu número cinco, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados devem proceder à entrega ao gestor do contrato dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do mesmo diploma.

4- Os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados anualmente até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Alteração do contrato**

Sem prejuízo do disposto no Código dos Contratos Públicos relativamente à modificação dos contratos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 311.º e na alínea a) do artigo 312.º do CCP, o contrato pode ser alterado em caso de necessidade de adaptar o meio de pagamento ou a forma e a periodicidade da faturação em função da necessidade de determinar a emissão de fatura a favor de terceiras entidades, nomeadamente serviços da administração direta, indireta e setor empresarial da administração pública regional.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Regime Jurídico e Foro**

- 1 - A lei aplicável é a portuguesa, com renúncia expressa a qualquer outra.
- 2 - Na execução do Contrato observar-se-ão as respetivas Cláusulas, bem como o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
- 3 - Subsidiariamente, aplica-se à execução ao presente Contrato o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP).
- 4 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 24.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

1 - As notificações e comunicações entre as Partes do Contrato devem ser escritas e redigidas em português, sendo efetuadas por carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, para os seguintes contatos:

**AIM, IP-RAM:**

- Gestor do Contrato: \_\_\_\_\_[*identificação no contrato*]
- Morada: Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

- Telefone n.º 291 212 222
- Correio eletrónico: aim@madeira.gov.pt

**Cocontratante:**

- [identificação da entidade no contrato]
- [identificação da pessoa de contacto no contrato]
- Morada: \_\_\_\_\_ [identificação no contrato]
- Telefone n.º \_\_\_\_\_ [identificação no contrato]
- Correio eletrónico \_\_\_\_\_ [identificação no contrato]

2 - Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3 - Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

4 - Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do presente Contrato, são convencionadas as moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo.

5 - A alteração das moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo deve ser comunicada à outra Parte, por carta registada com aviso de receção, nos 30 (trinta) dias subsequentes à respetiva alteração.

**Cláusula 25.<sup>a</sup>**

**Reprodução de documentação**

Nenhum documento ou dado a que o Cocontratante tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do Contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa da AIM, IP-RAM, salvo nas situações previstas no presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

**Cláusula 27.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

**PARTE II**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**Características dos serviços a prestar**

Os serviços de gestão de pagamentos eletrónicos objeto do contrato **devem garantir** as seguintes **especificações técnicas mínimas**:

- a) Aplicação *web based*;
- b) Incluir os serviços de segurança nos acessos, que asseguram a confidencialidade e autenticidade da informação e utilizadores do sistema. Deve ainda ser suportado em comunicações seguras HTTPS;
- c) Disponibilização de serviços de LOG, que registem todas as atividades relativas à utilização do sistema e ciclo de vida da informação;
- d) *Lockout* de sessões, após período de inatividade;
- e) Disponibilização de ambientes de testes/validação, sem necessidade de aquisição adicional de licenças de *software* ou equipamentos de *hardware*;
- f) Possibilidade de garantir diferentes níveis de acesso, através de grupos de utilizador ou com regras específicas de acesso;
- g) Suporte para pagamentos por Multibanco, MB WAY, cartão de crédito/débito e TPA (em utilização);
- h) Permitir outras formas de pagamento enquadráveis nas cotações apresentadas para os meios de pagamento previstos na alínea anterior;
- i) Possibilidade de definir uma data de validade para as formas de pagamento;
- j) Possibilidade de definir limites mínimos ou máximos para os pagamentos;
- k) Possibilidade de configurar as formas de pagamento apresentadas por pagamento;
- l) Geração de documento com dados de pagamento;
- m) Gestão do estado dos pagamentos;
- n) Envio de alertas de confirmação de pagamento;
- o) Envio de alertas de transferências processadas;
- p) Geração de documento comprovativo do pagamento;
- q) Suporte para processamento de devoluções/reembolsos;
- r) Geração de credenciais de acesso para integração com outros sistemas;
- s) Emissão direta de referências de pagamento, acedendo a sua área reservada no portal de pagamentos;
- t) Incorporação do botão de pagamento no Portal de Serviços SIMplifica;
- u) Integração direta com o sistema de faturação em contratualização na AIM, IP-RAM;





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- v) Integração direta com o sistema de receção/envio de faturas eletrónicas em contratualização na AIM, IP-RAM;
- w) Integração com o seu site, através dos plugins das lojas de *ecommerce*;
- x) Permitir a gestão de liquidação segregada por várias contas bancárias;
- y) Realização de pagamentos em “*real time*”.

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;
- TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».

